

**DESCONFIANÇA DA URNA ELETRÔNICA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE  
SÃO PAULO DE 2020**

***DESCONFIANZA DE LA MÁQUINA DE VOTACIÓN ELECTRÓNICA EN LAS  
ELECCIONES MUNICIPALES DE SÃO PAULO 2020***

***DISTRUST OF THE ELECTRONIC VOTING MACHINE IN THE 2020 SÃO PAULO  
LOCAL ELECTIONS***



Rosemary SEGURADO<sup>1</sup>  
e-mail: roseseg@uol.com.br



Fabício AMORIM<sup>2</sup>  
e-mail: fabrimorim@gmail.com



Carlos RAÍCES<sup>3</sup>  
e-mail: craices12@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

SEGURADO, R.; AMORIM, F.; RAÍCES, C. Desconfiança da urna eletrônica nas eleições municipais de São Paulo de 2020. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. 00, e023024, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28i00.17379>



| Submetido em: 31/10/2022  
| Revisões requeridas em: 29/09/2023  
| Aprovado em: 13/10/2023  
| Publicado em: 30/12/2023

**Editora:** Profa. Dra. Maria Chaves Jardim  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Pós-doutora em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Pesquisadora do Núcleo de Artes, Mídia e Política (NEAMP-PUCSP). Profa. Dra. do Programa de Estudos Pós-graduandos em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica da São Paulo e da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP).

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Jornalista. Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP-PUCSP). Editor assistente na Revista Aurora.

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Jornalista. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Artes, Mídia e Política (NEAMP-PUCSP).

**RESUMO:** O Brasil conta com poucas pesquisas sobre recepção de desinformação. Acreditamos que compreender os efeitos produzidos por esse tipo narrativo traz uma contribuição que amplia a compreensão da complexidade desse fenômeno. Nesse sentido, a pesquisa realizada durante as eleições municipais de São Paulo de 2020 teve como objetivo analisar as fontes de informação consultadas pelos eleitores e verificar como se posicionavam em relação à desinformação. Para a realização do estudo foram adotadas duas técnicas de pesquisa: grupo de discussão e entrevista em profundidade. A metodologia de grupo de discussão é das mais adequadas por permitir que se compreenda as atitudes e comportamentos de grupos inseridos em uma dada realidade social. As entrevistas em profundidade permitem a conversação com pessoas que podem oferecer informações relevantes para o objetivo da pesquisa. Foram utilizados roteiro de entrevista semiestruturada e selecionados dois perfis ideológicos, progressista e conservador, subdivididos por idade e classificação socioeconômica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urnas. Eleições municipais. Desinformação. Conservadorismo-progressismo.

**RESUMEN:** *Hay poca investigación en Brasil a cerca de la recepción de la desinformación. Creemos que comprender los efectos producidos por este tipo de narrativa nos ofrece una contribución que amplía la comprensión de la complejidad de este fenómeno. Así, la investigación realizada durante las elecciones municipales de São Paulo tuvo como objetivo analizar las fuentes de información de los electores y verificar cómo se posicionaron frente a la desinformación. Para realizar el estudio se adoptaron dos técnicas de investigación: grupo de discusión y entrevista en profundidad. La metodología de grupos de discusión es la más adecuada ya que permite comprender las actitudes y comportamientos de los grupos dentro de una determinada realidad social y las entrevistas en profundidad permiten conversar con personas que pueden ofrecer información relevante para el objetivo de la investigación. Se utilizó un guion de entrevista semiestructurada y se seleccionaron dos perfiles ideológicos, progresista y conservador, subdivididos por edad y clasificación socioeconómica.*

**PALABRAS CLAVE:** *Sistema electoral. Elecciones locales. Desinformación. Conservadorismo-progresismo.*

**ABSTRACT:** *Brazil has few surveys on the reception of disinformation. Understanding the effects produced by this type of narrative can bring a contribution that allows understand the complexity of this phenomenon. In this sense, the research carried out during the local elections in the city of São Paulo aimed to analyze the sources of information most consulted by voters and to verify how they positioned themselves in relation to disinformation. To carry out the study, two research techniques were adopted: discussion group and in-depth interview. The discussion group methodology is the most appropriate as it allows one to understand the attitudes and behaviors of groups within a given social reality and in-depth interviews allow conversations with people who can offer information relevant to the research objective. A semi-structured interview script was used and two ideological profiles were selected, progressive and conservative, subdivided by age and socioeconomic classification.*

**KEYWORDS:** *Electoral system. Local elections. Disinformation. Conservatism. Progressism.*

## Introdução

Durante a eleição municipal de 2020 na cidade de São Paulo, o NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP) realizou pesquisa com eleitoras e eleitores para entender a dieta informacional durante o processo eleitoral. Além de compreender como os eleitores buscavam informações sobre o pleito, também buscou-se captar o comportamento dos eleitores em relação à desinformação.

Embora no período das eleições de 2020 o tema fraudes no sistema eleitoral não apresentasse forte marca no debate público, foi possível detectar sua presença em peças de desinformação nas redes sociais. No presente artigo abordaremos a construção da narrativa em torno das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral desde as eleições municipais em São Paulo, o que nos auxilia compreender o movimento dos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, liderança que intensificou os ataques ao sistema eleitoral e, particularmente, às urnas eletrônicas a partir de fevereiro de 2021, conforme observado em estudos recentes (RECUERO, 2020; FGV DAPP, 2020; DOURADO, 2021).

O objetivo da pesquisa foi compreender os valores atitudinais e comportamentais dos eleitores progressistas e conservadores do município de São Paulo (INGLEHART; BAKER, 2000). A motivação dos pesquisadores partiu da carência de estudos sobre a dieta informacional de eleitores durante processos eleitorais, considerando a importância do consumo informacional nesse período sobre as questões relacionadas ao pleito e, principalmente, pelo crescimento significativo do compartilhamento de fake news e desinformação nas eleições presidenciais de 2018, conforme é possível observar em diversos estudos (RECUERO, 2020; DOURADO, 2020; RUEDIGER, 2019).

A pesquisa adotou duas técnicas metodológicas: o grupo de discussão e a entrevista em profundidade por considerá-las adequadas para se alcançar os objetivos da pesquisa. Foram realizados 6 grupos de discussão (online) com progressistas; 1 grupo com conservadores; 3 entrevistas em profundidade com progressistas; 7 entrevistas em profundidade com conservadores, sendo todos eleitoras e eleitores nas seguintes faixas etárias: 16 a 24 anos; 25 a 35; 36 a 45; 46 a 55 anos, todos on-line, dadas as restrições impostas pelo período da pandemia de COVID-19.

Os participantes dos grupos de discussão e os informantes das entrevistas em profundidade foram definidos por compartilharem características nos perfis ideológicos conservadores e progressistas, tendo passado por um filtro de recrutamento prévio, com uma bateria de questões socioeconômicas e ideológicas. Os termos conservadorismo-progressismo

são entendidos aqui como díades relacionais propícias para o entendimento de valores e comportamentos dos entrevistados. A pesquisa qualitativa foi escolhida por ser a que mais se adequa ao estudo de recepção e nos permite aprofundar essas percepções (BAUER; GASKELL, 2008).

Para a seleção dos entrevistados apresentamos um filtro dividido em duas partes: a primeira parte foi composta com perguntas para a identificação socioeconômica e questões relacionadas a gênero, raça, renda, escolaridade e hábitos de consumo de mídias. Na segunda parte do filtro, destacamos questões polêmicas do debate social e político da última década no país com o objetivo de identificar o posicionamento político e ideológico no intuito de categorizá-los como conservadores ou progressistas.

Durante a realização dos grupos de discussão e das entrevistas em profundidade aplicávamos o roteiro e, em uma das etapas, apresentávamos para avaliação dos participantes imagens no formato de memes divulgados nas redes digitais. Foram apresentadas as 3 principais peças de desinformação que circularam nas redes digitais durante o período da pesquisa. Tratavam-se de peças de desinformação selecionadas a partir do levantamento realizado por agências de checagem de fatos, dados e declarações (CONCEIÇÃO, SEGURADO, 2020)

Desinformação, é importante ressaltar, não deve ser pensada como sinônimo de fake news, conforme apontam Wardle e Drakhashan (2017). Inicialmente, as autoras consideram o termo fake news impreciso. Se olharmos o campo da notícia (*news*) e do jornalismo, um dos princípios que norteiam os profissionais é que quando a informação é falsa não deveria ser veiculada, tendo em vista que a prática jornalística pressupõe procedimentos de verificação/checagem dos fatos. Além disso, é fundamental pensarmos que políticos se apropriam e vulgarizam o termo fake news acionando-o quando são questionados por seus atos, seja pelo jornalista ou por qualquer cidadão que problematize suas decisões ou manifestações.

A desinformação é caracterizada por uma intencionalidade (WARDLE; DRAKHASHAN, 2017), ou seja, frequentemente é usada para atingir a reputação de indivíduos, grupos ou até mesmo um país considerado adversário. Essa estratégia está cada vez mais presente na política em âmbito internacional e tem se apresentado como preocupação de segmentos progressistas da sociedade, considerando os impactos gerados no debate entre diferentes atores, grupos e instituições. Na mesma perspectiva, Allcott e Gentzkow (2017) definem o fenômeno como artigos noticiosos que são propositalmente falsos, reforçando a ideia da intencionalidade na produção da falsificação.

Em outra perspectiva, Guess, Nyhan e Reifler (2018) apontam para “um novo tipo de desinformação política marcada por uma dubiedade factual”. Para os autores, as pessoas tendem a consumir notícias que reforçam suas opiniões, seus pontos de vista sobre diferentes aspectos da realidade. Essa dinâmica funciona como uma espécie de viés de confirmação que ocorre quando os indivíduos buscam informações para dar suporte a suas próprias ideias ou crenças.

A desinformação opera para reafirmar crenças e ideias no âmbito de disputas políticas e em ambientes fortemente polarizados, e tende a alimentar as chamadas bolhas, impedindo que haja um debate aberto e democrático entre contrários. Essa dinâmica faz implodir pontes, diálogos, debates com alguma consistência para além de meras opiniões infundadas, aspecto que pode ser danoso, dependendo da amplitude de sua expansão. Pode chegar a linchamentos de reputação e até mesmo de eliminação física daquele com quem se discorda, gerando um ambiente hostil, polarizado e extremamente perigoso.

Outra perspectiva importante é que conteúdos falsos e desinformação influenciam na configuração do debate social e político em virtude do alcance; “eles precisam mobilizar um grande número de públicos – incluindo testemunhas, aliados, reações e compartilhamentos, bem como adversários para contestar, sinalizar e desmentir” (BOUNEGRU *et al.*, 2017, tradução livre). Considerando o amplo uso das tecnologias digitais para o compartilhamento de desinformação, é preciso enfatizar a importância que esses dispositivos ocupam no processo de compartilhamento da desinformação. Nesse aspecto, é fundamental debatermos o papel central dos mediadores sociotécnicos nesse processo, como os algoritmos e a inteligência artificial. Os mecanismos automatizados, ampliados pela presença da inteligência artificial, são cada vez mais importantes e alteram a percepção do que é recebido e compartilhado nas diferentes plataformas de mídias digitais.

Parisier (2011) nos ajuda a compreender os chamados filtros/bolhas e seus potenciais riscos à sociedade democrática. As operações algorítmicas possuem processos de filtragem de conteúdos e exercem uma espécie de direcionamento daquilo que deve ser visto pelos usuários nas mídias sociais. Além disso, é importante perceber que essa lógica dos filtros tem influenciado até mesmo os meios de comunicação que, cada vez mais, buscam estratégias para ganhar espaço entre diferentes grupos. O autor afirma que a tela dos computadores atua como uma “uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feitas por observadores algorítmicos” (PARISIER, 2011, p. 50).

Significa dizer que os algoritmos atuam como uma espécie de filtro, de curadoria que direciona a atenção dos usuários a determinados conteúdos, provocando uma espécie de edição

da realidade com a ampliação de exposição a conteúdos desinformativos. A lógica algorítmica atua invisivelmente, baseada nas informações fornecidas pelos próprios usuários nas redes a partir das chamadas pegadas digitais que deixam registrados os rastros de dados gerados pelos acessos a sites, aplicativos, fóruns de arquivos, entre outros. Os dados são fundamentais para a formação do *big data*, que pode ser compreendido como o processo de coleta, armazenamento, organização e análise de um grande volume de dados usados para ações estratégicas de grupos ou empresas com o objetivo de direcionar campanhas mais assertivas para influenciar grupos específicos.

Vale lembrar que os escândalos envolvendo a empresa Cambridge Analytica, responsável pelo marketing político da campanha de 2016 que elegeu o ex-presidente dos EUA Donald Trump, trouxe à tona os métodos utilizados pelo uso do *big data* e a análise de dados, demonstrando que o rastreamento dos comportamentos humanos por meio dos rastros digitais possibilita realizar previsões e influenciar opiniões e comportamentos e, como observado naquele pleito, pode alterar os resultados eleitorais.

Farkas e Schou (2019) apontam que as fake news são componentes intrínsecos nas lutas políticas contemporâneas e que os políticos utilizam esse termo para deslegitimar e atacar seus opositores. Baseados nos estudos de Laclau sobre populismo, os autores afirmam que o termo fake news atua como espécie de significante flutuante, o que permite ser utilizado por políticos de extrema direita em relação a seus opositores, por exemplo, contra a grande mídia, quando essa crítica a propagação de desinformação produzida por eles. Ao acusar os veículos de imprensa, esse perfil de liderança busca deslegitimar, desacreditar e associar esses veículos a seus opositores.

Outro fator importante é que os indivíduos recebem as informações de pessoas consideradas confiáveis, ou seja, que possuem alguma proximidade e que são consideradas referências acima de qualquer tipo de suspeita. O contexto também é muito importante para aumentar ou diminuir a credibilidade nessas informações. Nota-se que em momentos de tensão social e política, as pessoas tendem a ficar mais vulneráveis à desinformação e às notícias fraudulentas. Bruno e Roque (2019) afirmam que até mesmo os que acreditam com ressalvas no conteúdo ou aqueles que não se importam se a notícia é falsa ou verdadeira, podem compartilhá-la, desde que esteja em consonância com o que pensam a respeito do conteúdo recebido.

Bail (2018) afirma que a participação dos algoritmos na formação das bolhas em dinâmicas políticas polarizadas também deve considerar que esses dispositivos filtram os

conteúdos baseados nas preferências dos usuários, sendo fundamental pensar que as buscas por determinados conteúdos funcionam como um viés de confirmação para validar nossas ideias ou concepções pré-estabelecidas, independentemente de qualquer processo de verificação ou checagem, podendo fazer com que esses usuários reforcem suas convicções.

É importante destacar que o processo de sofisticação e velocidade na criação de dispositivos tecnológicos na produção e disseminação de desinformação traz um conjunto de preocupações, principalmente para os processos políticos eleitorais.

Apesar das *fake news* já causarem um dano assustador, o uso da inteligência artificial e técnicas de aprendizado profundo que deram origem às *deepfakes*, permite a criação rápida e de alta qualidade de conteúdos digitais falsos, tal o potencial de alterar a verdade e desgastar a confiança, dando “autenticidade” às *fake news* (HASAN; SALAH, 2019).

O aprendizado de máquinas apresenta desafios significativos para a sociedade e não somente para a comunidade de pesquisadores, tendo em vista que os impactos causados por esses dispositivos afetam diversas dimensões da vida social e política, considerando que essas ferramentas vão se tornando populares e acessíveis (PATRINI *et al.*, 2018).

Os possíveis efeitos em relação a conteúdos enganosos ou falsos são mais eficazes à medida que trazem emoções fortes, como medo, raiva e acabam sendo fatores importantes para aumentar o compartilhamento e, conseqüentemente, o engajamento se torna mais potente. Esse tipo de fenômeno tem sido abordado em estudos que mostram a influência dessas práticas no debate político e foi verificado também em nosso estudo com os eleitores durante as eleições de 2020 no município de São Paulo.

### **Breve contextualização do debate sobre a segurança das eleições no Brasil**

O questionamento da segurança das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral de maneira geral não é novo no país, como dito. Ocorre desde a implantação do sistema de votação eletrônica em 1996, mas ganhou maior repercussão nos pleitos presidenciais de 2014, com a reação do então candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na polarização com o Partido dos Trabalhadores (PT) e em 2018, refletindo as mudanças na configuração das forças políticas (SANTOS, 2017; TARAUCO, 2022; LIMA *et al.*, 2019).

A polarização entre PT e PSDB pode ser situada durante os anos 1990 e se mantém entre as duas agremiações partidárias até as eleições de 2014. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso

(PSDB) venceu sua primeira eleição presidencial, tendo sido reeleito em 1998, tendo seu principal adversário nos dois pleitos Luis Inácio Lula da Silva (PT).

Sem conseguir fazer o sucessor em 2002, o PSDB teve seu candidato José Serra derrotado por Luís Inácio Lula da Silva. Começava o ciclo do Partido dos Trabalhadores na presidência do país. Nas eleições de 2010 Lula conseguiu fazer sua sucessora para dar continuidade a seu projeto político. Dilma Rousseff (PT) foi eleita em um pleito bastante conflituoso que sinalizava um momento em que o antagonismo entre as duas forças políticas mudava de patamar e ganhava contornos mais agressivos (COUTO, 2014; REIS, 2014; BORGES; VIDIGAL, 2018).

Durante aproximadamente 20 anos, a polarização entre PT e PSDB praticamente monopolizou o debate político do país, sendo que as demais forças políticas se articulavam, em certa medida, em torno desses dois projetos políticos. Ao longo desse período, podemos identificar momentos de grandes tensões, conflitos e posicionamentos antagônicos em relação a diversos temas de interesse nacional. No entanto, é importante ressaltar que até 2014 a disputa entre os dois partidos se realizava dentro do jogo democrático, mesmo que em alguns momentos pontuais seja possível identificar a intensificação da disputa pela hegemonia (ALVES, 2010).

Nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB) foi derrotado por Dilma Rousseff (PT) por pequena diferença de votos e não aceitou o resultado das urnas. O PSDB entrou com pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando acesso a diversos documentos, além de realizar auditoria em 684 urnas, conforme consta no relatório de auditoria das eleições de 2014. Esse momento pode ser considerado um divisor de águas nos questionamentos em relação à segurança das urnas eletrônicas, considerando que o levantamento de suspeitas existentes, até então, partiam de grupos políticos minoritários, influenciados pelas teorias da conspiração, que sempre buscavam colocar em xeque os princípios básicos da ordem democrática com o objetivo claro de criar instabilidade para questionar os processos eleitorais como a escolha direta dos representantes por meio do voto universal. A suspeição das eleições passava a ganhar outras dimensões e pudemos observar que nos últimos anos vem se transformando em um dos novos elementos da radicalização de forças conservadoras e de extremistas do país. Movimento que o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017) notara ao traçar o roteiro do golpe parlamentar de 2016, que se apoia no discurso conservador de rejeição ao progresso econômico das classes vulneráveis esculpido em discurso contra a corrupção. “Primeiro acusam os vitoriosos de fraude eleitoral, depois, de corrupção” (p. 34).

O questionamento à lisura do processo eleitoral e às instituições como o TSE, responsável por garantir a integridade e transparência das eleições brasileiras, passaram a ser o foco central da crítica de lideranças políticas, principalmente pelos conservadores. Começava a ganhar corpo a narrativa de que as urnas eletrônicas não são auditáveis, portanto podem ser fraudadas, a exemplo do que supostamente havia ocorrido em 2014, mesmo que o TSE já tivesse finalizado as investigações sem detectar nenhuma fraude nas urnas.

Segundo estudiosos dos sistemas eletrônicos do voto, esse tipo de argumento não se justifica. Ao contrário, demonstraram que as urnas eletrônicas permitem a ampliação da transparência e da agilidade no processo de divulgação dos resultados dos sufrágios, tendo o processo de votação e envio dos resultados várias etapas de verificação do voto até a divulgação do resultado final.

Todas as áreas de acesso ao interior das urnas eletrônicas são lacradas para assegurar a inviolabilidade. Qualquer tentativa de fraude tem de quebrar mais de 30 barreiras de proteção<sup>4</sup> durante o período do processo eleitoral, que passam por lacres físicos da urna; testes de software por várias equipes; abertura do código fonte; cadeia de segurança em hardware; projeto de hardware e software dedicados à eleição; criptografias em várias etapas; derivação de chaves da urna; embaralhamento dos votos no RDV; boletim de urna impresso; conferência de *hash* e assinatura digital; conferência no dia da eleição da autenticidade e da integridade dos programas instalados na urna.

A questão, como apontado, ultrapassa o aspecto técnico. O questionamento da segurança das urnas eletrônicas se constitui como pano de fundo para uma estratégia mais ampla de suspeição das eleições como pilar fundamental da sociedade democrática e, a partir desse mecanismo, passar a questionar os pleitos e colocar em dúvida o processo político, deslegitimar o voto eletrônico, questionar as eleições com base em teorias conspiratórias e fragilizar a democracia representativa.

Para os setores mais radicalizados à direita, o processo eleitoral se constitui como um momento importante para o questionamento da democracia (NICOLAU, 1988). Essa estratégia pode ser verificada em âmbito internacional e expressa um padrão nos discursos ultraconservadores, uma espécie de cartilha adotada por esse espectro ideológico, como visto com Donald Trump, em 2020, nos EUA, com Jeanine Áñez, na Bolívia, em 2019, com Keiko

---

<sup>4</sup> Ver mais em: “Urna eletrônica tem mais de 30 camadas de segurança”. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2021/Junho/urna-eletronica-tem-mais-de-30-camadas-de-seguranca-1>. Acesso em: 09 out. 2021.

Fujimori, em 2021, no Peru. É possível notar que esses candidatos adotam um discurso baseado na lógica da desestabilização do processo eleitoral por meio do caos gerado a partir da avalanche de desinformação amplamente compartilhada nas mídias sociais.

Parte dessa estratégia tem por objetivo se afirmar como representantes antissistema, o que não deve ser confundido com os movimentos de mesmo cunho da década de 1990. Uma das principais vozes do movimento antissistema é Steve Bannon (preso no fim de 2021 nos EUA acusado de lavagem de dinheiro, conspiração e esquema de fraude), que assessorou Donald Trump, e esteve à frente de redes de propagação dos valores da extrema direita pelo mundo. Bannon, que manteve contato próximo com a família Bolsonaro, declarou no evento "*Cibersimpósio de Mike Lindell*", organizado pela extrema direita americana em agosto de 2021, que "Bolsonaro vai vencer" a disputa de 2022 pela presidência "a menos que seja roubado"<sup>5</sup>.

Esse tipo de discurso abre caminho para que lideranças políticas autoritárias aspirem governar sem o respaldo das urnas, e, na eventualidade de um resultado contrário que aponte derrota, ameaçam insuflar o povo para contestar os resultados eleitorais oficiais, instrumento que foi largamente utilizado pelo candidato Jair Bolsonaro durante a campanha à reeleição de 2022 e após sua derrota, culminando nos atos violentos e antidemocráticos de 08/01/2023. Causar instabilidade no cenário eleitoral é parte da lógica de atuação dos grupos ultraconservadores e é por meio da produção de narrativas disruptivas que essas lideranças se legitimam como antissistema. A recorrente fala de Jair Bolsonaro - "vou acabar com tudo isso que está aí" - indica a estratégia de desestabilizar as instituições e procedimentos democráticos.

O questionamento às urnas eletrônicas não é recente. Projetos de lei pelo voto impresso em complemento as urnas eletrônicas não começaram com Bolsonaro. Tramitaram no Congresso nos anos de 2009 e 2015<sup>6</sup>, mas foram revogados ao serem julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013 e 2018, respectivamente.

Também não é exatamente novidade Jair Bolsonaro fazer esse tipo de questionamento. Em 2015, quando deputado federal, apresentou uma proposta de emenda à Constituição para que houvesse a impressão do registro do voto. Portanto, as urnas deveriam passar a imprimir o comprovante de votação, conferidos pelo próprio eleitor e, posteriormente, depositado em um recipiente lacrado. Esse movimento, que recebeu apoio de parte do Exército brasileiro, foi

<sup>5</sup> Ver mais em UOL - <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/24/pf-monitora-ataques-urnas-bannon-estrategista-trump.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 set. 2021.

<sup>6</sup> Mais em Folha de S. Paulo - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/testado-em-2002-voto-impresso-causou-confusao-e-tornou-urna-eletronica-vulneravel-a-fraude.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

contestado por diversos grupos. Para ficarmos em experiências mais recentes, trabalho de Figueiredo, Silva e Carvalho (2022) intitulado *The forensics of fraud: Evidence from the 2018 Brazilian presidential election*, levou a uma série de testes matemáticos os resultados das eleições 2018, não tendo sido constatado indícios de irregularidades nas urnas eletrônicas. Em uma investigação sobre os códigos-fonte do sistema eletrônico de votação, especialistas da Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)<sup>7</sup> “atestaram a segurança e auditabilidade dos sistemas e dos equipamentos que irão registrar os votos dos brasileiros”. Testes de integridade das urnas eletrônica realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após o primeiro turno das eleições gerais de 2022 em 641 urnas igualmente demonstraram eficiência do uso do sistema eletrônico.

### **Desinformação sobre as urnas eletrônicas: as redes digitais nas eleições municipais de São Paulo em 2020**

O Brasil conta com poucas pesquisas sobre recepção de desinformação. Compreender os efeitos produzidos por esse tipo narrativo traz uma contribuição que amplia o entendimento a respeito da complexidade desse fenômeno. Nesse sentido, a pesquisa realizada durante as eleições municipais de São Paulo do ano de 2020 tinha o objetivo de analisar as fontes de informação mais consultadas pelos eleitores e verificar como se posicionavam em relação à desinformação que circulava nos aplicativos das redes digitais no período.

A pesquisa adotou duas técnicas: a de grupo de discussão e a de entrevista em profundidade. O grupo de discussão é um dos métodos mais apropriados para alcançar os resultados desejados, considerando que permite compreender atitudes e comportamentos em grupos inseridos em uma dada realidade social. Seu uso foi fundamental para alcançar os objetivos da pesquisa e poder entender as estratégias adotadas pelos informantes-entrevistados para compor as respectivas dietas informacionais. A técnica de discussão em grupo foi realizada adotando o formato europeu, no qual os participantes interagiram e o moderador direcionou o diálogo

Os participantes dos grupos de discussão e os informantes das entrevistas em profundidade foram definidos por compartilharem características comuns dentro dos perfis ideológicos estabelecidos pela pesquisa entre conservadores e progressistas, tendo passado por um filtro de recrutamento prévio com uma bateria de questões socioeconômicas e ideológicas.

<sup>7</sup> Mais informações em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/08/25/unicamp-usp-e-ufpe-chancelam-seguranca-das-urnas-eletronicas>

Para a seleção dos entrevistados, apresentamos um filtro dividido em duas partes: a primeira foi composta por perguntas para a identificação socioeconômica e questões relacionadas a gênero, raça, renda, escolaridade e hábitos de consumo de mídias.

Na segunda parte do filtro, destacamos questões polêmicas do debate social e político da última década no país com o objetivo de identificar o posicionamento político e ideológico no intuito de categorizá-los como conservadores ou progressistas. Nessa parte, apresentamos algumas frases para que nos informassem a partir da seguinte escala: concordo totalmente; concordo parcialmente; discordo parcialmente; discordo totalmente e nem concordo, nem discordo. Também incluímos uma pergunta para autoidentificação ideológica: se se considera de direita, de centro ou de esquerda e a possibilidade de uma resposta espontânea, caso não quisesse declarar seu posicionamento<sup>8</sup>.

Buscando ampliar a oferta de análise e alcançar os resultados esperados, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa por ser a que mais se adequa ao estudo de recepção e nos permite aprofundar essas percepções (BAUER; GASKELL, 2008). Em nossa pesquisa qualitativa com grupos de discussão e entrevistas em profundidade para compreender as principais fontes de informações utilizadas pelos eleitores da cidade de São Paulo, verificamos a dieta informacional, a percepção sobre a circulação de notícias falsas e a desinformação durante o processo eleitoral.

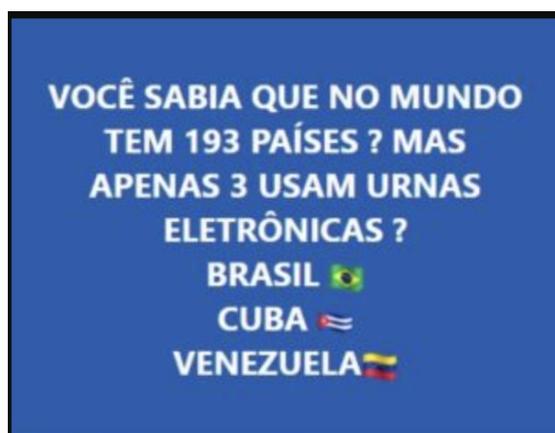
O sistema eleitoral tem angariado grande engajamento entre os usuários e tende a resistir com o passar dos anos (FGV DAPP, 2020), superando retóricas falsas como ocorrido com “kit gay” ou “ideologia de gênero”, temas verificados nas eleições de 2018. O negacionismo sobre o processo eleitoral e a temática das urnas eletrônicas retomados em 2018, com forte incremento nas eleições de 2022, reforçou o caminho de uma violência simbólica que faz dos adversários inimigos e promove uma escalada de boatos e desinformação que busca confundir e prejudicar a diferenciação de verdade factual, fake news e pós verdade (DA EMPOLI, 2019).

Durante a realização dos grupos de discussão e das entrevistas em profundidade aplicamos roteiro no qual, em uma das etapas, eram apresentadas imagens no formato de meme divulgadas nas redes digitais para avaliação dos participantes. Foram selecionadas as três peças desinformativas que mais circularam nas redes sociais no recorte temporal da pesquisa, sendo que duas se concentravam no tema das urnas eletrônicas. Apresentamos aqui o resultado da análise de uma das imagens.

---

<sup>8</sup> Para os procedimentos metodológicos ver Fake News & Desinformação nas eleições de 2020 em: <https://www.editorafi.org/ebook/515fakenews>

### Imagem 1



Fonte: Agência Pública

A imagem 1 acima foi a que mais suscitou debate nos grupos de discussão onde os participantes teceram considerações sobre o sistema eleitoral, sendo possível identificar diferença no posicionamento dos dois grupos, conservadores e progressistas. Cabe lembrar que em razão da preservação do anonimato dos sujeitos, não são identificados os participantes nas falas apresentadas.

### Desacreditar as urnas

O tema das urnas eletrônicas já circulava no ecossistema das redes sociais desde 2014, elevando-se fortemente no período das eleições de 2018, tendo uma retomada no período das eleições municipais de 2020 (FGV DAPP, 2020, p. 11). Interessante notar que conteúdos de descrença na urna eletrônica obtiveram engajamento mesmo em anos não eleitorais (DOURADO *et al.*, 2021, p. 16), estratégia adotada por defensores do voto impresso para manter uma base de seguidores unida. Diante disso, buscamos compreender como os eleitores se posicionam frente a esse assunto. Em seu eixo estão a desconfiança nos mecanismos de funcionamento das urnas eletrônicas e da segurança e transparência no processo eleitoral. Mecanismo notado em especial entre os participantes dos grupos conservadores que têm na chave da antipolítica (AVRITZER, 2020) um *modus operandi* de seu funcionamento.

Apresentamos a imagem 1 divulgada nas redes digitais e outros meios de comunicação ao grupo de entrevistados. O uso da imagem que diz serem apenas 3 os países que utilizam urna eletrônica foi essencial, uma vez que buscamos compreender a recepção da desinformação sobre as urnas eletrônicas e se ela interferiria no pleito eleitoral.

A imagem apresentada trouxe posicionamentos diversos no que se refere às urnas eletrônicas, com participantes com perfil conservador demonstrando maior empatia com o tema, enquanto progressistas apresentaram maior suspeição em relação ao conteúdo. Entre os conservadores a posição não foi unânime, tendo sido apresentado posicionamento contrário à demanda por voto impresso, favorável ao voto impresso, de desconfiança nas urnas e no processo eleitoral e de manipulação do resultado das eleições. Entre 10 conservadores, 3 foram veementes em apontar a imagem como mentira, os 3 pertencentes ao único grupo de conservadores que aceitou se reunir virtualmente. Se 3 perceberam desinformação na imagem, quatro participantes demonstraram claro receio quanto à segurança das urnas eletrônicas, defendendo emissão de algum tipo de comprovante ou mesmo o fim das urnas eletrônicas por serem passíveis de manipulação, tendo um conservador de 30 anos afirmado que a informação apresentada no meme preocupa “porque os dois outros países são países tidos como ditaduras socialistas”. Um outro eleitor conservador se referiu à imagem como “informativa” e dois disseram não saber se a imagem é verdadeira porque não haviam visto em outras mídias. Ainda entre os conservadores, um dos entrevistados do grupo de 16 a 24 anos assegurou que “Cuba e Venezuela não são democracias”, de onde deriva seu temor em relação às urnas.

O tema das urnas tem aparecido nos debates nas redes para desacreditar o processo eleitoral, comentou um participante conservador do grupo de 46 a 55 anos, ao lembrar que o tema esteve no discurso de Bolsonaro em 2018. “O Aécio tinha questionado a eleição da Dilma”, lembrou outro participante de perfil conservador.

Os discursos dos que desconfiam do processo eleitoral via urnas eletrônicas tem como justificativa a defesa do aprimoramento do sistema e da democracia. Sobre esse aspecto escrevem Levitsky e Ziblatt (2018) que “uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão” (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018, p. 94).

Os grupos progressistas exprimiram reação mais coesa, assegurando a falsidade do material apresentado. Os entrevistados desse espectro apressaram-se em utilizar palavras como “fake news”, “mentira”, “motivo de risada” para se referirem à desinformação apresentada.

Levantamento do *Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA)<sup>9</sup> revela que 26 dos 178 países usam o voto eletrônico, sendo que outros 16 utilizam a tecnologia em pleitos

<sup>9</sup> Ver mais em IDEA: <https://www.idea.int/data-tools/question-view/742>. Acesso em: 05 ago. 2021.

regionais. De acordo com a verificação da Agência Lupa<sup>10</sup>, Cuba tem um sistema eleitoral com votação impressa, enquanto na Venezuela é híbrido, com voto eletrônico seguido da etapa de voto impresso depositado em urna para a denominado “verificação cidadã”.

A desinformação sobre urnas eletrônicas em Cuba, Venezuela e Brasil circula nas redes sociais pelo menos desde 2018, quando data a primeira checagem feita pela Agência Aos Fatos<sup>11</sup>.

A disseminação de conteúdos falsos nas redes sociais favorece a preservação de um clima de opinião favorável, permanentemente passível ao contato com essas publicações (GOMES; DOURADO, 2019). O ato de compartilhar informações nos ambientes digitais estabelece o local em que os discursos em conflito são autorizados e desautorizados numa dinâmica que depende da visibilidade dada pelos próprios usuários (RECUERO, 2020).

A deslegitimação do modelo eletrônico de votação discutido a partir da exposição da desinformação sobre as urnas eletrônicas não prevaleceu entre os conservadores com uma “impressão de consenso”, como também foi verificado por Recuero (2020, p. 385) em outra pesquisa sobre desinformação e urnas eletrônicas, mas apareceu entre poucos conservadores.

Um conservador, da faixa etária de 36 a 45 anos, destacou que a “intenção é desacreditar a urna eletrônica”. A palavra “mentira” foi mencionada por uma pessoa, conservadora, 36 a 45 anos, e por um homem conservador da faixa de 46 a 55 anos: “não recebi (o post), mas é mentira”. Segundo este entrevistado, a deslegitimação da urna eletrônica tem como propósito “colocar dúvida sobre o processo eleitoral” e “gerar dúvida no processo democrático”. Ele justifica sua visão a partir da ideia de interesses políticos na criação de incertezas, fato que ele espontaneamente associou a Bolsonaro. Na visão deste conservador, Bolsonaro vale-se da estratégia de deslegitimar as urnas eletrônicas prevenindo-se da possibilidade de derrota nas eleições de 2022.

Observamos maior desconfiança em relação às urnas eletrônicas no grupo de discussão na faixa etária de 16 a 24 anos e também na faixa etária de 46 a 55 anos. Um conservador homem no intervalo de idade mais jovem se antecipou à sua manifestação de incerteza justificando que não era um “terrapianista de urna eletrônica” e relacionou naturalmente sua visão da urna eletrônica com a do presidente da República: “acredito que deveria ter além da votação na urna eletrônica, algo que comprove aquela votação, vide aquela proposta do atual

<sup>10</sup> Ver mais em Agência Lupa: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/30/verificamos-brasil-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

<sup>11</sup> Ver mais em Aos Fatos: <https://apublica.org/checagem/2018/06/truco-imagem-falsa-diz-que-so-tres-paises-tem-voto-eletronico/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

presidente Bolsonaro, enquanto era deputado ainda, com relação ao voto impresso. Principalmente pra comparar e ver a eficácia”.

Jair Bolsonaro (PL) colocou em dúvida as urnas eletrônicas no processo eleitoral de 2018<sup>12</sup>. Ao final da campanha que o elegeu, afirmou que não admitiria desfecho diferente do que a sua vitória<sup>13</sup>. Durante o mandato, assegurou ter vencido no primeiro turno das eleições, apontando para uma suposta fraude eleitoral para a qual nunca apresentou provas<sup>14</sup>, apesar de ter afirmado por muito tempo tê-las<sup>15</sup>. O então presidente da República, em *live* em rede social convocada para a apresentação das provas, acabou por não as demonstrar<sup>16</sup>, mas insistiu no discurso de desestabilização. Sobre a segurança das urnas, a Polícia Federal não encontrou registros de fraudes em suas investigações<sup>17</sup>.

Definindo-se por um olhar “radical” acerca das urnas eletrônicas, outro jovem conservador apresentou perspectiva semelhante, com a argumentação de que o modelo eletrônico de votação é uma “máquina de dar golpe” que “qualquer um pode fraudar”. O entrevistado ainda defendeu o procedimento de apuração por voto impresso. Um entrevistado conservador, 46 a 55 anos, alegou não ter convicção da segurança na urna eletrônica, pois considera o sistema frágil: “não transmite 100% de confiança”. De acordo com o entrevistado, o STF e alguns veículos de comunicação tratam as pessoas como “ignorantes”, sendo que muitos desses órgãos de imprensa não mostram o lado “positivo” do governo Bolsonaro.

Ao contrário do seu discurso de deslegitimação das urnas, Jair Bolsonaro defendeu o modelo eletrônico no ano de 1993<sup>18</sup> para combater fraudes. O oportunismo de ocasião do ex-presidente, encontrando uma bandeira para sinalizar ao eleitorado, parece ser uma estratégia para ocultar as reais intenções de enfraquecimento da democracia.

A autoridade do líder que origina um discurso falso é um ponto de legitimação a seus apoiadores, de acordo com Recuero (2020). A deslegitimação das urnas eletrônicas ocasiona incerteza no processo eleitoral, combalindo a democracia no Brasil (RECUERO, 2020, p. 388).

<sup>12</sup> Ver mais em Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/bolsonaro-diz-eleicoes-estarao-de-qualquer-maneira-sob-suspeicao.shtml?origin=folha>. Acesso em: 09 ago. 2021.

<sup>13</sup> Ver mais em El País Brasil: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/politica/1538156620\\_841871.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/politica/1538156620_841871.html). Acesso em: 10 ago. 2021.

<sup>14</sup> Ver mais em Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-que-houve-fraude-eleitoral-e-que-foi-eleito-no-1o-turno.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

<sup>15</sup> Ver mais em Correio Braziliense: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930103-bolsonaro-eu-fui-eleito-no-1-turno--eu-tenho-provas-materiais-disso.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

<sup>16</sup> Ver mais em Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=NimDa\\_Xs6Xg](https://www.youtube.com/watch?v=NimDa_Xs6Xg). Acesso em: 29 ago. 2021.

<sup>17</sup> Ver mais em Estadão: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-se-recusa-a-mostrar-registros-de-irregularidades-nas-urnas-eletronicas,70003787578>. Acesso em: 12 ago. 2021.

<sup>18</sup> Ver mais em O Globo: <https://oglobo.globo.com/epoca/ha-25-anos-bolsonaro-defendeu-informatizar-apuracao-das-eleicoes-para-combater-fraudes-23160301>. Acesso em: 12 ago. 2021.

O então presidente Bolsonaro ameaçou as instituições ao afirmar que o Brasil pode ter um “problema pior”<sup>19</sup> que a violência a que assistimos na sede do Legislativo dos Estados Unidos após a derrota de Donald Trump. Outra ameaça veio do ministro da Defesa, General Walter Braga Netto, que em mensagem ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL) comunicou que não haveria eleições em 2022 se o voto impresso “auditável” não estivesse em vigor<sup>20</sup>. Braga Netto foi candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL) em 2022. Segundo Bolsonaro, eleições “democráticas” só ocorreriam com “contagem pública de votos”<sup>21</sup>. Essas declarações foram dadas poucos dias após o discurso do então presidente da República (18 de julho de 2022) a embaixadores convocados ao Palácio do Planalto, quando Bolsonaro reforçou sem provas o questionamento ao sistema eleitoral.<sup>22 23</sup>

É de se notar nesse período eleitoral como as Forças Armadas tomaram para si a incumbência não constitucional de atuar como fiscalizadoras das eleições, tendo falado inicialmente ter auditado as urnas. Ao ser questionado e intimado pelo presidente do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) a apresentar o relatório de auditoria das urnas, o Ministério da Defesa alegou ter realizado uma fiscalização, e não auditoria. O relatório só foi entregue após o segundo turno das eleições sem comprovar fraudes nas urnas.

Outro elemento observado nos discursos do campo conservador foi o temor da aproximação do Brasil com países “socialistas/comunistas”, o que seria corroborado pelo meme apresentado. Um eleitor conservador de 21 anos disse: “além da urna, deveria ter um comprovante. A informação de só 3 países usarem (a urna eletrônica), me deixa mais desconfiado e propenso a querer comprovação de voto”, relata, apesar de ponderar que “imagem não gera confiabilidade”.

Há um ecossistema de fontes para confirmação de notícias que dificilmente escapam às “bolhas” como se referem os próprios entrevistados. Quando saem das bolhas, buscam a confirmação das informações em páginas de busca ou portais da grande imprensa. Como

<sup>19</sup> Ver mais em Estadão: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-nao-tiver-voto-impresso-em-2022-vamos-ter-problema-pior-que-eua-diz-bolsonaro,70003573533>. Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>20</sup> Ver mais em Estadão: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-defesa-faz-ameaca-e-condiciona-eleicoes-de-2022-ao-voto-impresso,70003785916>. Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>21</sup> Ver mais em Estado de Minas:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/01/interna\\_politica,1291873/bolsonaro-eleicoes-democraticas-somente-com-contagem-publica-dos-votos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/01/interna_politica,1291873/bolsonaro-eleicoes-democraticas-somente-com-contagem-publica-dos-votos.shtml). Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>22</sup> Ver mais em Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-repete-teorias-da-conspiracao-e-ataca-urnas-stf-e-tse-a-embaixadores.shtml>

<sup>23</sup> Esse discurso valeu um processo por abuso do poder político por parte do presidente da República, tendo sido julgado e condenado à inelegibilidade por 8 anos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>

informa uma eleitora conservadora da faixa entre 36 e 45 anos, ela “segue as informações com o marido, que ouve CBN, Bandeirantes e Datena”. A mesma eleitora diz confiar no G1 e tem desconfiança com UOL. E afirma não gostar da revista semanal *Veja*<sup>24</sup> por esta ser ligada ao Grupo Globo. “Pra mim ela é da Globo, não adianta falarem que não é”.

Se eleitores do campo conservador apresentaram em suas falas simpatia quanto à informação apresentada no meme por este relacionar o Brasil aos países “socialistas/comunistas”, no espectro progressista a imagem foi vista com suspeita exatamente por fazer esta conexão considerada “mentirosa” na opinião da maioria.

### **Desinformação e ódio como estratégia**

Embora em ambos os espectros ideológicos a mentira tenha sido citada como uma característica da desinformação, o foi com mais frequência nos grupos progressistas. Entre os 9 eleitores desse espectro expostos à imagem, apenas um (na faixa de 46 a 55 anos) chegou a demonstrar preocupação para com a questão da segurança nas urnas, e disse não ter chegado a uma conclusão sobre a confiabilidade do sistema. Os demais denominam a imagem apresentada como “tendenciosa”, “fake news” e “mentira”, como já exposto.

Na fala de dois eleitores progressistas surgiu a conexão do meme apresentado com as eleições dos Estados Unidos e as ações do ex-presidente Donald Trump que igualmente questionava o resultado das urnas. Ao ver a imagem, uma mulher progressista da faixa etária de 46 a 55 anos disse que “pode ser o povo do Trump que põe isso (a imagem). Estão indignados com a cédula, lá”. O eleitor progressista que demonstrou preocupação com a segurança das urnas disse não ter chegado a uma conclusão sobre qual sistema é mais suscetível a fraude após acompanhar as eleições nos Estados Unidos. Donald Trump articulou o discurso de possíveis fraudes nas eleições dos Estados Unidos nos meses anteriores à eleição, tendo culminado no dia 3 de novembro (dia da eleição nos EUA e período entre o primeiro e segundo turno no Brasil) quando o ex-presidente dos EUA declarou não aceitar a derrota para Joe Biden, tendo ampliado os ataques ao sistema de votação, que é realizado por meio impresso na maior parte do território estadunidense. O discurso de suspeição criou condições para ações de grupos extremistas que, em janeiro de 2021, invadiram o Capitólio.

---

<sup>24</sup> A revista *Veja* era propriedade do Abril Cultural e foi vendida em dezembro de 2018 para o empresário Fábio Carvalho. Ambos são concorrentes do Grupo Globo.

O episódio demonstrou o impacto do discurso antissistêmico e sua capacidade de mobilizar grupos extremistas (reação também observada no Brasil, em 8 de janeiro de 2023).

O conturbado processo político que deteriorou o ambiente das eleições no Brasil e nos Estados Unidos esteve presente nas falas dos participantes da pesquisa. A percepção do alcance da desinformação trabalhada de forma sistemática e organizada nas redes sociais perpassou os discursos dos participantes dos dois grupos ideológicos, tendo sido percebida a disseminação do ódio como estratégia política. Um participante progressista de 35 anos, ao comentar a intenção que alimenta a imagem apresentada sobre as urnas eletrônicas, disse: “Querem tumultuar. Quem está mais alienado vai aceitar essa informação. O ódio é parte importante desse processo”.

Podemos perceber que ideologia e preconceito são elementos que circundam os discursos sobre urna eletrônica, onde o sujeito reproduz e reafirma opinião comum a um grupo, tornando-se refém dessas ideias e perdendo a capacidade de exercer sua autonomia e singularidade (CHAUI, 2008). Mesmo em um pleito no qual os eleitores participantes da pesquisa demonstraram certo cansaço da polarização assistida nas eleições de 2018, as disputas ideológicas ocuparam lugar nas mídias sociais, antecipando debates da campanha eleitoral de 2022 e mantendo a chama da polarização que sustenta o engajamento de grupos que disputam poder em torno de assuntos que provocam o enfraquecimento de instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), merecendo atenção da sociedade.

Em agosto de 2021, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 135/19) que obrigaria a “expedição de cédulas físicas” após o voto eletrônico, foi rejeitada na Câmara dos Deputados, tendo recebido 229 votos favoráveis, 218 contrários e uma abstenção. Para ser aprovada, a PEC precisava obter 308 votos. Cabe destacar que a única abstenção foi do deputado Aécio Neves (PSDB), o mesmo que em 2014 não reconheceu a derrota para a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e pediu a recontagem dos votos, demonstrando dificuldade em reconhecer a vontade dos eleitores expressa nas urnas.

Mesmo que a PEC 135/19 tenha sido rejeitada na Câmara dos Deputados, o ex-presidente Bolsonaro e seus grupos de apoiadores que cultivam a desconfiança no sistema eleitoral mantiveram sua atuação, espalhando desinformação conforme é possível observar com os dados objetivos da pesquisa realizada pela FGV DAPP (Diretoria de Análise de Políticas Públicas). O estudo analisou as postagens com acusações de fraude na urna eletrônica e defesa do voto impresso em publicações no Facebook, entre novembro de 2020 e janeiro de 2022. Nos chamou a atenção nesse monitoramento o fato de ele ter sido iniciado no mesmo período em

que realizamos nossos grupos de discussão com os eleitores e eleitoras do município de São Paulo. Nesse sentido, é interessante verificar que as imagens que apareciam nas checagens de informação em 2020 estavam na mesma perspectiva do monitoramento realizado pela FGV, demonstrando a estratégia do bolsonarismo de manter suas redes alimentadas com teorias da conspiração sobre as fraudes nas urnas eletrônicas e desconfiança no sistema eleitoral.

Entre novembro de 2020 e janeiro de 2022 o monitoramento localizou 394.370 postagens publicadas em 27.840 perfis de grupos pessoais e públicos sobre fraudes nas urnas eletrônicas e a defesa do voto impresso. Além das postagens, foi possível identificar 111 milhões de interações, demonstrando que essas mensagens provocaram reações nos usuários da rede social.

Durante o ano de 2021, verificou-se intensa atividade de grupos em páginas favoráveis ao voto impresso e é possível observar que houve uma média de interações superior desde 2014, quando o debate ganhou força, mostrando a forte capacidade de mobilização das redes por parte dos grupos que apoiam a pauta de questionamento do voto eletrônico.

Outro dado é a organização na disseminação da desinformação. Doze são as contas que concentram o maior número de interações nos posts do Facebook e entre eles destaca-se o ex-presidente Jair Bolsonaro e a deputada federal Carla Zambelli, que foi responsável por 1.576 publicações no período do monitoramento.

### **Considerações finais**

Os processos eleitorais ocupam um lugar fundamental nas democracias liberais e desempenham papel importante no jogo democrático, sendo de forma recorrente denominados “festa da democracia”.

As urnas eletrônicas foram implantadas no Brasil em 1996. Mesmo que em alguns pleitos tenham sido levantadas dúvidas sobre os resultados, em nenhum outro período se verificou uma campanha tão intensa de questionamento sobre sua confiabilidade.

Os resultados apresentados nesta pesquisa com eleitores conservadores e progressistas nas eleições municipais de 2020 na cidade de São Paulo demonstram que os dois grupos apresentaram percepções e crenças distintas sobre as urnas eletrônicas. Progressistas não manifestam questionamentos categóricos sobre a confiabilidade nas urnas, enquanto conservadores, mesmo que de forma não homogênea, tendem a apresentar argumentos que demonstram uma desconfiança maior nos resultados.

O grupo de conservadores afirmou que a informação apresentada na imagem (meme) é importante, reafirmando a necessidade do estabelecimento de formas de comprovação do voto, tendo esse grupo demonstrado preocupação maior com a possibilidade de fraude nas urnas. Ressaltaram ainda que a afirmação no meme da existência de urnas eletrônicas apenas em três países aumenta a desconfiança sobre a segurança das eleições, utilizando dessa (des)informação para expor o risco do Brasil se igualar a países considerados socialistas ou comunistas, nos dizeres de alguns participantes, tendo esse grupo apresentado frágil modelo de checagem das informações como apresentado anteriormente.

O grupo de progressistas acusou a imagem apresentada de “fake news”, caracterizando a postagem como tendenciosa com interesse em deslegitimar as eleições nacionais ao associar o Brasil a países identificados com o ideário comunista. Um dos participantes estabeleceu uma conexão com as eleições estadunidenses e as investidas do ex-presidente Donald Trump de deslegitimar as eleições norte-americanas, tendo demonstrado preocupação com a repetição, no Brasil, dos acontecimentos ocorridos na tentativa de invasão do Capitólio.

O processo de questionamento da lisura das eleições de deslegitimação da democracia tem se mostrado importante na tática da direita extremada. Movimento que tem entre suas motivações o mecanismo de reação de parte dos conservadores às conquistas, nas estruturas sociais, da diversidade de interesses e valores sociais. Nas palavras do pesquisador Wanderley Guilherme dos Santos, a “rejeição ao progresso econômico e social das classes vulneráveis” (2017, p. 32) é um denominador que permeou os golpes de 1950, 1964 e 2016.

O processo civilizatório que luta contra a estratégia social de afastamento e discriminação tem cada vez mais exposto divergências e tensionamentos que não reconhecem nas vias democráticas estrutura de superação e conciliação, apostando no *modus* da antipolítica e do desmonte da democracia o caminho para resolver o seu problema particular, como expõe Avritzer (2020). Foi dentro dessa lógica que chegou ao comando do Poder Executivo o então deputado Jair Bolsonaro. “Ele chegou à presidência não como líder político, mas como alguém disposto a destruir políticas e políticos” (AVRITZER, p. 5).

Nesse contexto, o fenômeno da desinformação tem ganhado maior relevância nos últimos anos, dado o avanço das ferramentas digitais de divulgação de notícias (ou supostas notícias), e às ferramentas de mensageria eletrônica, enfraquecendo o debate público e impactando a democracia. Para alguns autores, como Charles Tilly (2007), estamos assistindo a um processo de desdemocratização. Ao tratar dos avanços e retrocessos nos processos de democratização e desdemocratização, Tilly elenca três aspectos como elementos da capacidade

de o Estado incrementar ou reduzir a democracia: 1) avanço ou retrocesso das relação das redes interpessoais de confiança (parentescos, grupos religiosos e relações comerciais) que afetam decisões de políticas públicas; 2) aumento ou redução da desigualdade e 3) maior ou menor autonomia dos centros de poder coercitivos sobre políticas públicas, o que evitaria práticas clientelistas (TILLY, 2007, p. 23 - 75, tradução livre).

Estudioso das dinâmicas do confronto, o autor tem na temática da “desigualdade durável” um de seus pontos agudos de pesquisa. As estruturas das desigualdades podem ser ampliadas com a deslegitimação da democracia, reduzindo a participação de grupos minoritários, eliminando direitos, ainda assim sob uma democracia. São “traços patológicos”, nas palavras de Nelson do Valle (2004), que mantêm desigualdades no país, com sub-representação das minorias de raça, sexo, gênero e poder econômico. A capacidade do Estado em supervisionar e garantir o processo democrático determina a possibilidade de avançar ou recuar no sistema democrático. Nas palavras de Tilly, a baixa capacidade do Estado inibe a democracia. No caso brasileiro, poderíamos nos perguntar se há uma baixa capacidade ou uma baixa vontade em sustentar a democracia. Retomando o pensamento de Avritzer (2020), a crise do bolsonarismo se estende para além dos ataques às urnas e às eleições. Afeta o fazer política e o entendimento de democracia. A questão dos ataques sistemáticos e organizados à urna eletrônica está no diapasão da antipolítica de um governo que catalisa crises e tem nesse modo de operação uma fonte de coesão de grupos conservadores.

## REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.
- ALVES, A. R. C., O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, p. 71-96, 2010.
- AVRITZER, L. **Política e antipolítica**: A crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRUNO, F.; ROQUE, T A ponta de um iceberg de desconfiança. *In*: BARBOSA, M. (org). **Pós-verdade, fake news reflexões sobre a guerra das narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BOUNEGRU, L.; GRAY, J.; VENTURINI, T.; MAURI, M. A Field Guide to Fake news. **Public Data Lab**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras, **Opinião Pública**, [S. l.], v. 24, n. 1, Jan.-Apr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHINO, L. B. S.; COIMBRA, R. C. M. A segurança do voto no Brasil. In: **Cadernos Adenauer XIX**, no. I, Eleições 2018 e perspectivas para o novo governo, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2019.

COUTO, C. G. “Novas eleições críticas?”. **Em Debate**, [S. l.], v. 6, p. 17-24, 2014.

CONCEIÇÃO, D. L.; SEGURADO, R. Fact-checking: uma análise da checagem de informação política do projeto Truco! **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 25 n. 48, 2020.

DALMAZO, C.; VALENTE, J. *Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5682>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DOURADO, T.; ALMEIDA, S.; PIAIA, V.; CARVALHO, D., “Redes Digitais de Conspiração Eleitoral no Brasil: um estudo do fluxo interplataforma de atores e discursos sobre fraude nas urnas eletrônicas e manipulação eleitoral”. In: CONGRESSO COMPOLÍTICA: DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA EM TEMPOS DE FAKE NEWS, 9., 2020. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1L8dfJQaxB2v-5cXmySyOB0n8glLOFT3B/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DOURADO, T. Processos de rumores e circulação de fake news: paralelos teóricos e o caso das eleições municipais de 2020 do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, **Cadernos Adenauer**, [S. l.], v. XXII, n. 1, 2021.

FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-Truth, Fake News and Democracy: Mapping the politics of Falsehood**, Sweden: Routledge, 2019.

FGV DAPP. **Desinformação on-line e Eleições no Brasil: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020)**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30085>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FIGUEIREDO, F. D.; SILVA, L.; CARVALHO, E. The forensics of fraud: Evidence from the 2018 Brazilian presidential election. **Forensic Science International: Synergy**, [S. l.], v. 5, 2022.

GOMES, W.; DOURADO, T. M. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. **American Sociological Review**, Washington, D.C, v. 65, n. 1, 19-51, 2000. DOI: 10.2307/2657288.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.

LEMOS, A.; MARQUES, D. Vigilância guiada por dados, privacidade e Covid-19. **Lab404 Vigilância Guiada**, Salvador, 11 maio 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3aj61Us>. Acesso em: 20 maio 2020.

LIMA, B; CANTRERA, F.; GREGÓRIO, P. C. S. Competição partidária e interação estratégica na eleição presidencial brasileira de 2018. *In*: Congresso Lationamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas, 10., 2019. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2019.

NORRIS, P. **Why Electoral Integrity Matters**. New York: Cambridge University Press, 2014.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PATRINI, G.; LINI, S.; IVERY-LAW, H.; DAHL, M. **Commoditisation of AI, digital forgery and the end of trust: how we can fix it**. 2018. Disponível em: <https://giorgiop.github.io/posts/2018/03/17/AI-and-digital-forgery/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020. DOI: 10.1590/1984-6398202014635.

REIS, F. W. “Eleição de 2014:” país dividido’ e questão social”. **Em Debate**, [S. l.], v. 6, p. 8-1, 2014.

ROQUE, T. O negacionismo no poder. **Piauí**, São Paulo, n. 161, fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37Xv2kX>. Acesso em: 23 maio 2020.

RUEDIGER, M. A. **Desinformação nas eleições 2018: o debate sobre fake news no Brasil**, Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2019.

RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (coord.). **O ecossistema digital nas eleições municipais de 2020 no Brasil: o buzz da desconfiança no sistema eleitoral no Facebook, YouTube e Twitter**. Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

TARAUCO, G. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 133-133, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.008

TILLY, C., **Democracy**. Cambridge University Press: Nova York, 2007.

TSE, BRASIL. Teste de integridade das eleições 2022. TSE, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/teste-de-integridade-das-eleicoes-2022-comprova-eficiencia-das-urnas>. Acesso em: 05 out. 2022.

VALLE, N.; HASENBALG, C. **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2004.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward and interdisciplinary framework for research and policy making**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <http://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 27 ago. 2021.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Não se aplica.

**Financiamento:** Não houve financiamento.

**Conflitos de interesse:** Não há conflito de interesses.

**Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, informando os entrevistados de todos os processos. O estudo não passou por um comitê de ética.

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais coletados e utilizados não estão disponíveis para acesso online.

**Contribuições dos autores:** O trabalho foi dividido igualmente entre os autores desde a coleta de dados, entrevistas e redação do texto.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**

Revisão, formatação, normalização e tradução.

